

Modernizar as estatais, um projeto fundamental

por Cesar Borges
de Brasília

Somente após a conclusão das demoradas negociações sobre os índices de deflatores de preços a prazo nos contratos entre empresas estatais e privadas é que o setor produtivo estatal vai reiniciar o seu processo de modernização, dentro do quadro desenhado pela Nova República. Ou seja, de privatização e democratização do capital e saneamento financeiro.

Essa situação, decorrente da aplicação do programa de estabilização da economia, abre um espaço adicional de mobilização de recursos e esforços ao novo titular da Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais (Sest), Antoninho Marmo Trevisan. Espaço que vai permitir averiguar o grau de entrosamento e adaptação das empresas estatais à nova situação sem a interferência do Estado.

“Nós não queremos intermediar as negociações de forma alguma, para não

interferir no processo”, afirmou a este jornal o titular da Sest, enfatizando que, agora, é interesse principal do governo “que eles (estatais e privadas) se acertem para fortalecer o princípio de negociação.

E com o resultado dessas negociações que as estatais poderão redimensionar suas receitas e despesas dentro do Plano Cruzado, no qual os salários tiveram um abono de 8% e os preços de produtos, tarifas e serviços estão congelados. E também após essa fase de negociações que serão definidos os novos níveis de investimento no novo Programa de Dispendios Globais (PDG).

MUDAM OS NÚMEROS

Em relação ao que estava definido anteriormente no PDG (aprovado no início de janeiro pelo presidente José Sarney), muitos números vão mudar. Principalmente os que limitavam os ganhos de produtividade dos funcionários das empresas, agora sujeitos à negociação em sua data-base, com a garantia

de 60% da variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e a livre negociação dos restantes 40% mais a produtividade por empresa.

Novos cortes de investimentos não estão previstos, garante Trevisan, acrescentando que o governo não cogita entrar em nenhum novo setor, adquirindo ou criando novas empresas.

Já estão definidos alguns parâmetros de encaminhamento do assunto. Deverá ser criada uma “holding” estatal para assumir as dívidas das empresas que devem ser saneadas financeiramente e definidas, entre estas, as que serão privatizadas ou que apenas terão seu capital aberto ao público, garantindo o controle acionário estatal. Além da privatização total de algumas empresas, está prevista também a possibilidade de o governo privatizar apenas a gestão, garantindo um enfoque empresarial na administração, tal como ocorreu com a Aceso, em passado recente.